

ESTRATÉGIA E SEGURANÇA NA ÁFRICA AUSTRAL

Nuno Severiano Teixeira

Ministro da Defesa Nacional de Portugal

A IV Conferência Internacional FLAD/IPRI-UNL dedicou estes dois dias à «Estratégia e Segurança na África Austral». Os trabalhos deste ano— como aliás acontece desde a primeira conferência organizada por estas duas instituições, em 2003 — recaem sobre um tema fundamental para a análise das nossas relações internacionais e, em particular, para o relacionamento entre Portugal, os Estados Unidos e o continente africano.

Para realizarmos esta análise, seja do ponto de vista académico, seja do ponto de vista político, não podemos passar ao lado do continente africano, cuja importância estratégica é hoje incontornável.

E é incontornável por quatro razões fundamentais:

Em primeiro lugar, pela necessidade de integração do continente africano no contexto político global, seja através da participação dos Estados africanos nas diversas organizações internacionais e nas suas actividades, seja através da própria integração das organizações regionais africanas num quadro global.

Em segundo lugar, pela importância que o respeito pelos princípios da boa governação e do Estado de Direito, pelos Direitos Humanos e pela diversidade cultural têm para o desenvolvimento sustentável e para melhoria das condições de vida não só dos povos de África mas também, e conseqüentemente, para a paz e estabilidade ao nível global.

Em terceiro lugar, pela necessidade de cooperação dos Estados africanos na luta contra o terrorismo, na luta contra a corrupção, contra o tráfico de seres humanos e todos os actos contrários aos valores da ordem, da justiça e do progresso económico e social.

E finalmente, é fundamental pela crescente importância dos recursos energéticos disponíveis em África, recursos esses que originam um igual acréscimo do interesse das potências internacionais pelo continente africano – é, por exemplo, o caso dos Estados Unidos e da China, cujas razões foram amplamente analisadas ao longo desta conferência.

Não podemos esquecer que África, todos o sabemos, é uma das regiões mais pobres do mundo. Mas isso não poderá levar a que seja encarada, unicamente, como destino de ajuda humanitária e ajuda ao desenvolvimento. Pelo contrário. Em paralelo, e com um carácter cada vez mais prioritário, África deverá ser o destino de acções de formação, da capacitação de recursos humanos e de instrumentos que permitam responder às legítimas necessidades e expectativas dos povos africanos. Aquilo a que designamos o princípio da *Africa ownership*.

E é isso procuramos fazer no quadro da cooperação entre Portugal e os países africanos, com especial destaque para os países de expressão portuguesa.

No início deste ano foi apresentado o Programa de Apoio às Missões de Paz em África, conhecido como PAMPA, que se destina, precisamente, a formar e a capacitar as Forças Armadas dos países africanos para participar em missões de paz no seu próprio continente.

Portugal, que recentemente apresentou este programa no quadro da CPLP, pretende, em coordenação com os países africanos, criar Centros de Excelência para diversos ramos e áreas de intervenção das Forças Armadas, para que os militares possam ser formados no quadro da sua região e ao mesmo tempo formarem formadores que disseminarão os conhecimentos adquiridos a nível nacional e regional.

Mas este programa tem um objectivo ainda mais ambicioso, mas importante para a segurança regional africana e para a segurança global. E este objectivo é o de ajudar à participação de forças

de paz das organizações regionais africanas, no contexto de outras organizações internacionais como a NATO e a União Europeia.

A crescente importância estratégica do continente africano tem despertado o interesse da comunidade internacional e nomeadamente de grandes potências como os Estados Unidos e a China. Em ambos os casos, já aqui discutidos, podemos observar uma mudança geopolítica importante no sentido de prestar maior atenção à generalidade do continente africano, e com particular destaque para o Golfo da Guiné, em muito devido à riqueza de recursos naturais – como petróleo, gás e outros minerais não-combustíveis.

Não nos equivoquemos. África poderá vir a ser, a médio prazo, uma das principais regiões produtoras de petróleo, podendo mesmo substituir o Médio Oriente – cuja produção e exportação de recursos petrolíferos é prejudicada pela instabilidade na região. Este é, sem dúvida, um elemento central na importância estratégica de África.

E é por esta importância crescente que Portugal e a União Europeia, não podem ficar alheios aos desenvolvimentos no continente africano.

O Conselho da União Europeia, em Dezembro de 2005, aprovou um documento que define os princípios basilares da parceria estratégica entre a União Europeia e África, baseados nos designados Objectivos do Milénio das Nações Unidas, na promoção do desenvolvimento sustentável, na segurança e na boa governação.

A União Europeia está, aliás, activamente envolvida na segurança do continente africano, tal como demonstram as missões na República Democrática do Congo, quer a missão de apoio ao processo eleitoral – no quadro das Nações Unidas – quer a missão de apoio à reforma do sector de segurança.

Portugal, como membro da União Europeia e por todas as ligações que nos unem a África, está presente em ambas as

missões e procura, no quadro das suas disponibilidades, colaborar activamente nas missões que possam ajudar ao desenvolvimento, à paz e estabilidade do continente africano. E fá-lo num quadro multilateral e bilateral.

No quadro multilateral, para além do que já referi em relação à União Europeia, fá-lo também, por exemplo, no contexto da Aliança Atlântica. Recordo, por exemplo, que no passado mês de Junho decorreu em Cabo Verde, com grande sucesso, um exercício militar da NATO – o exercício *Steadfast Jaguar 06* – que envolveu mais de sete mil efectivos e que testou a capacidade da NATO Response Force (NRF) num cenário fora da área geográfica tradicional de actuação da Aliança. Este exercício é, aliás, revelador da importância estratégica que África adquire para a segurança atlântica e, em também, da importância estratégica de Cabo Verde.

Mas Portugal desenvolve também uma actividade importante no quadro bilateral. E, neste contexto, permitam-me destacar as relações com Cabo Verde. Como todos saberão, no passado mês de Setembro, Portugal assinou um tratado com Cabo Verde no domínio da fiscalização de espaço marítimos sob soberania ou jurisdição da República de Cabo Verde. E este foi, sem dúvida, um momento inédito no relacionamento entre os dois países que iniciaram uma nova fase, que abriram um novo espaço de cooperação no domínio da Defesa e Segurança. Com este tratado Portugal inicia uma aliança especial com Cabo Verde e assume um compromisso com a segurança do arquipélago caboverdeano. É importante destacar que a atenção que devemos prestar a África não se deve basear apenas em questões de tradição histórica, nem apenas em razões de natureza securitária, económica, ética ou jurídica. É mais do que isso. Hoje deparamo-nos com factores verdadeiramente políticos e estratégicos que devem impulsionar a cooperação e o relacionamento mútuo entre a comunidade internacional e o continente africano, entre Portugal e África.

E há uma razão fundamental sobre a qual se baseia tudo isto. É que o conceito de segurança nos nossos dias não é o das fronteiras nacionais e não é só o das fronteiras regionais. É cada vez mais baseado na promoção da estabilidade das regiões que nos são vizinhas e, conseqüentemente, na estabilidade internacional.

É por isto que para Portugal, e para a comunidade internacional, é fundamental atribuir a devida importância estratégica a África, analisá-la e compreendê-la, para que possamos acompanhar de forma atenta e participar de forma activa da promoção da paz, estabilidade e segurança do continente africano.